

REINALDO MATIAS FLEURI

REINVENTAR O PRESENTE

... pois o amanhã se faz na transformação do hoje

CONVERSAS COM PAULO FREIRE

Com textos inéditos de autoria de Paulo Freire

Livro Publicado

FLEURI,R.M., FREIRE, PAULO. REINVENTAR O PRESENTE **pois o amanhã se faz na transformação do hoje**. Fortaleza: edições UFC, 2008. P.72.

2008

SUMÁRIO

Prefácio	3
Introdução	4
1	6
Universidade e educação popular	6
A experiência do Ciclo de Debates sobre Educação Popular (1984).....	6
Síntese dos “Encontros com Paulo Freire”.....	7
Significado do “Ciclo de Estudos sobre Educação Popular”	11
2	14
Desconstruir o autoritarismo	14
O autoritarismo em questão	14
Saber e poder	16
Romper o silêncio	17
Pai, afasta de mim este “cale-se”... ..	19
Medo	21
Nós e eles	23
Encontros com Paulo Freire: refletindo o autoritarismo	24
Considerações atuais: descolonizar o saber e o poder.....	26
3	28
Conscientização: palavra mágica ou processo de libertação?	28
4	33
Utopia e Poder	33
O autoritarismo entre nós.....	33
Machismo e Sintaxe.....	33
Autoritarismo e questão racial.....	34
Autoritarismo e discurso político dominante.....	35
Romper o silêncio.....	36
Compromisso e coerência.....	37
Utopia e Revolução.....	37
Educação e Igreja (debate)	39
Educação e reprodução ideológica.....	39
Papel da Igreja na Educação.....	41

Prefácio

É com muita honra que costuro um pequeno macramê em torno das idéias freirianas, mas também ‘fleurianas’, apresentadas neste livro. Aliás, prefaciá-lo significa apresentar uma obra ao leitor. Neste sentido destaco alguns aspectos que caracterizam este trabalho.

São grandes marcos nesta estrada os diálogos acerca do autoritarismo, da imposta cultura do silêncio, do conflito como instância geradora de conscientização, da luta de classe como algo que permanece enquanto permanecer a opressão e as imposições autoritárias, em geral de não autores nem de autoridades.

Toca o coração as reflexões de Paulo Freire quanto à utilização indevida de conceitos colonializantes, tais como ‘descobrimento do Brasil’, ‘inconfidência mineira’, dentre tantos outros usuais como contar uma história que não é a nossa, não é a do Brasil que desejamos.

Reinaldo Fleuri consegue dialogar com os seminários relatados aqui, distantes no tempo e próximos quanto à pertinência e atualidade. Nos seminários temos a oportunidade de acompanhar Paulo Freire numa relação coletiva de tessitura de um plano de trabalho que pretendia a inserção da Educação Popular nas ações de uma Universidade, enquanto projeto político pedagógico. Ainda uma utopia a ser implementada. Mas o plano, o projeto, é um esboço do porvir.

O dever-ser é uma categoria filosófica que carece ser vivenciada na busca da consolidação desse sonho possível, num ato limite superador dessa situação ainda tão insustentável em sua leveza pesada de ser. Desse modo, Paulo Freire e Reinaldo Fleuri oportunizam-nos um ato de insubordinação acadêmica *ao nos depararmos* com outra universidade, outras relações que podem se fazer autenticamente democráticas.

É este nosso sonho que também compartilhamos com estes parceiros na consolidação de um mundo que podemos incorporar para corporificar em práxis social coerente com nossos discursos num contributo para a reinvenção da sociedade.

Fortaleza, setembro de 2008.

João Batista de Albuquerque Figueiredo

Introdução

Paulo Freire vive! Seu pensamento está vivo em nossas lutas e utopias. Sua memória se mantém em seus escritos e a vitalidade de suas propostas se refaz nas críticas e reinvenções que estudiosos, profissionais e militantes vêm elaborando sob diferentes pontos de vista e em variados contextos.

Este pequeno livro vem registrar momentos de elaboração dialógica do pensamento de Paulo Freire. Contém *textos inéditos*, como é o caso do capítulo 4, *Utopia e poder*, que traz a transcrição, autenticada pelo próprio Paulo Freire, de sua palestra realizada em 12 de maio de 1984. E *textos “quase” inéditos*, ou seja, publicados uma única vez em meios de baixa circulação. Este é o caso do capítulo 3, que reproduz a *entrevista* feita com ele publicada no *Jornalzinho Gen’s*, em novembro de 1981. Da mesma forma, o capítulo 2 foi construído com base em *reportagens* relativas ao Ciclo de Debates sobre Educação Popular realizados na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), em 1983, publicadas no *Jornal universitário Opção*. E o capítulo 1 apresenta uma sinopse e avaliação dos debates realizados neste Ciclo.

É admirável a atualidade de questões debatidas duas décadas e meia atrás! Paulo Freire costumava dizer a seus amigos: “Deixe-me ser um homem de minha época!” Embora sua vida não tenha ultrapassado o limiar do século XX, seu pensamento mantém plena vitalidade neste início de século XXI, ao apontar com vigor questões que se encontram no centro do debate atual no campo da educação e dos movimentos sociais.

O *autoritarismo* foi um tema considerado relevante nos debates realizados na UNIMEP. Freire debate este tema aliando a compreensão de suas raízes econômico-políticas às lutas no campo da cultura e da linguagem. *O silêncio – diz Paulo Freire – só se rompe falando. E se fala autenticamente agindo! O discurso não vem antes da prática. É preciso partir das necessidades mais urgentes do povo e, junto com ele, buscar caminhos para superar os problemas...*

Também aponta para a necessidade de luta no campo do discurso, constitutivo de subjetividades e de sujeição. O autoritarismo se configura na linguagem (*o senhor sabe com quem está falando?*), da mesma forma que o machismo (*quando a gente diz “homem”, a gente inclui as mulheres... mas se eu dissesse “as mulheres” garanto que*

nenhum dos homens presente se sentiria incluído!) e o racismo (Maria é pretinha, mas... é formidável! O diminutivo “pretinha” e a conjunção “mas” denotam racismo).

Nesta perspectiva ainda, Paulo Freire declara “*Meu sonho não é a tomada do poder: é a reinvenção do poder!*”. E ao discutir a questão, articula a militância nos movimentos sociais à coerência ética nas relações interpessoais. Questiona contundentemente aquele que *faz um discurso “revolucionário”, mas transforma sua mulher num objeto e paga à empregada um salário irrisório!*

No que diz respeito à sua opção religiosa, Paulo Freire assume uma posição politicamente cristalina, questionando contundentemente a expressão de fé que oculta a defesa dos interesses de classe. Entretanto, considera-se “estar sendo” cristão: *na medida em que eu selo minha opção com as classes dominadas, com os pobres, é que eu faço a minha Páscoa. Portanto, para mim, fazer a Páscoa, não é simplesmente ir à igreja em certo dia e período do ano. Fazer a Páscoa é morrer, enquanto membro de uma classe que espolia, e renascer, ressuscitar enquanto membro de outra classe, para libertando-se com os oprimidos, renovar e reinventar a sociedade. Isso que é a conscientização. Alinha-se, desta maneira, ao que considera a “Igreja profética”. A Igreja profética é utópica, no sentido em que é denunciante e anunciante, engajando-se na transformação do mundo.*

Relações de poder, discurso e constituição de subjetividades, compromisso social e coerência ética, religião e lutas sociais, são alguns dos temas candentes discutidos nos “retratos” de diálogos com Paulo Freire registrados neste livro. Sua leitura poderá nos ajudar a repensar idéias que foram importantes no final do milênio passado e, ao mesmo tempo, reinventar o presente, uma vez que o amanhã (para o qual o início de milênio nos aponta) só se faz na transformação do hoje!

Florianópolis, 19 de setembro de 2008.

Reinaldo Matias Fleuri

Universidade e educação popular ¹

A experiência do Ciclo de Debates sobre Educação Popular (1984)

“Esta Universidade não é mais a mesma”, diziam muitos após o I Seminário Internacional de Educação Popular (Piracicaba, SP, 1983) referindo-se à opção da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) em se colocar a serviço do movimento popular. Prova dessa opção foram os vários protocolos de intenções e convênios elaborados e assinados com entidades ligadas ao movimento popular latino-americano.

Este Seminário contou com a participação de delegações da Nicarágua, El Salvador, Bolívia e de várias regiões do Brasil. Entretanto, a repercussão internacional do Seminário não surtiu um envolvimento equivalente na comunidade acadêmica da própria UNIMEP, cuja participação foi bastante restrita por vários motivos. Sentiu-se, então, a necessidade de se “refazer o seminário no interior da própria UNIMEP”, a fim de que a comunidade universitária incorporasse o significado daquela opção avançada e se dispusesse a re-elaborar sua própria prática e suas estruturas em um novo projeto de universidade.

Para dar continuidade ao Seminário pensou-se em promover um Ciclo de Debates com Paulo Freire, que se estendeu por todo o segundo semestre de 1983. A programação de tal Ciclo de Debates foi formulada pelo Departamento de Educação e redefinida com a participação de representantes de todos os setores, programas e associações da UNIMEP.

Pretendia-se debater com a comunidade universitária questões e diretrizes das experiências em educação popular promovidas pela UNIMEP. Propôs-se que os vários setores da UNIMEP se organizassem em “grupos de trabalho” e que estes indicassem seus representantes (fixos ou em rodízio) para participar semanalmente dos seminários com Paulo Freire. Assim descentralizou-se a indicação e o controle dos participantes, favorecendo-se o envolvimento de um maior número de pessoas e grupos.

¹ Baseado no texto originalmente publicado em: *Educação Popular: Experiências e Reflexões*. Caderno 1. Ano 1, julho de 1984. UNIMEP.

Síntese dos “Encontros com Paulo Freire”

A reunião realizada no dia 04 de agosto de 1983, foi um encontro preparatório e teve como objetivo discutir e redefinir o programa do “Ciclo de Debates” para a sistematização da “Proposta de Educação Popular na UNIMEP”. Foram convocados os diretores de Centros, representantes das associações de professores, funcionários e estudantes, assim como os coordenadores dos programas do Núcleo de Ação Cultural.

Com a presença de Paulo Freire, rediscutiu-se desde os objetivos até a metodologia e o processo de participação. Simplificaram-se os objetivos, tornando-os mais adequados à realidade da universidade. Foi rejeitada a idéia de seleção dos participantes, a ser feita por uma comissão pré-estabelecida, segundo critérios definidos “a priori”.

Tomou corpo a idéia de mobilização envolvendo todos os setores da Universidade, criando-se para isso um processo de inscrição com “grupos de trabalho” (ou “grupo de reflexão”, como inicialmente chamado), que iriam participar dos “Encontros de Debate” com Paulo Freire no “Campus Centro” da UNIMEP, semanalmente, quintas-feiras, das 9 às 12 horas. Acordou-se também que cada grupo definiria sua própria dinâmica de trabalho e redigiria uma síntese de seu projeto, para efeito de divulgação entre os demais grupos e na universidade.

No dia 10 de agosto de 1983, reuniram-se os 39 representantes de todos os grupos inscritos no Ciclo de Estudos para finalizar os preparativos do ciclo de debates. Eram cerca de trinta diferentes grupos²: professores, estudantes e funcionários de vários centros e cursos, assim como suas associações e outras populares, programas diversos, grupos de pastoral, centros comunitários e secretarias da Prefeitura. Vieram posteriormente a se agregar representantes de outras faculdades e colégios, assim como, grupos de trabalho de outras cidades do Estado (São Paulo, Ribeirão Preto, Sorocaba).

² Grupos representados no Ciclo de Estudos: (01) Centro de Ciências Exatas; (02) Centro de Ciências Biológicas e Profissões da Saúde; (03) Centro de Ciências Aplicadas; (04) Centro de Ciências Humanas; (4.1) Psicologia Social; (4.2) Grupo de Estudo do Perfil do Psicólogo; (4.3) Grupo de Estudo para a Reestruturação do Curso de Pedagogia; (4.4) Grupo de Estudo de Prática de Ensino; (05) Centro de Filosofia e Teologia; (5.1) Projeto de Curso de Formação Teológica; (5.2) Cadernos de Teologia; (5.3) Curso de Filosofia; (06) Centro de Pós-Graduação; (07) Associação dos Funcionários do IEP (AFIEP); (08) Funcionários da UNIMEP; (09) Associação dos Docentes da UNIMEP; (10) Diretório Central dos Estudantes; (11) Pastoral Universitária; (12) Núcleo de Ação Cultural; (13) Projeto Periferia – Pré-Escola; (13.1) Programa de Educação de Adultos; (13.2) Programa de Saúde; (13.3) Ação Cultural e Tecnologia Aplicada (ACTA); (14) Associação dos Favelados; (15) Movimento Negro; (16) Centro Comunitário Sta. Terezinha; (17) Serviço Social da Prefeitura; (18) Colégio Piracicabano; (19) Faculdade de Serviço Social; (20) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

Medidas estruturais importantes haviam sido tomadas: um professor havia sido designado para coordenar a organização dos trabalhos e prestar assessoria aos trinta grupos inscritos. Uma sala com sistema de gravação foi cedida e os funcionários receberam dispensa de horário de trabalho para participar dos debates. Todos os participantes tiveram direito à bolsa de estudos e certificados de extensão cultural, universitária ou Pós-Graduação conforme o caso.

O trabalho de elaboração e datilografia dos relatórios foi assumido voluntariamente pelos participantes que se esforçavam em fazer chegar semanalmente a todos os grupos uma síntese dos debates. Um espaço semanal para comentários sobre os debates foi cedido pelo periódico universitário, o *Jornal Opção*, que também abriu outro espaço para que os grupos divulgassem seus trabalhos e projetos em educação popular.

No primeiro encontro, dia 11 de agosto de 1983, se discutiu o significado de educação popular. Paulo Freire explicitou como a educação é um ato político, uma vez que está sempre a favor ou contra determinadas classes sociais, que implica também um ato de conhecimento: é importante saber quem conhece, o quê e para quê. E que na educação popular, a educação que está a serviço dos interesses objetivos das classes populares, os sujeitos de conhecimentos são todos os educadores-educandos (o intelectual, o camponês, o operário...) todos têm conhecimento da realidade, cada um a seu modo. E que buscam em diálogo conhecer o mundo para transformá-lo segundo seus interesses políticos. Ficou muito claro no debate que é necessário desmistificar a linguagem e o saber das classes dominantes, assim como reforçar o saber e a linguagem dos grupos populares.

O segundo encontro, dia 18 de agosto de 1983, inicialmente em pequenos grupos e depois numa plenária, se fez um levantamento dos temas a serem abordados no Ciclo de Debates. Na medida em que os interesses, situações e também problemas eram levantados, com a facilitação reflexiva de Paulo Freire, começava-se a perceber as conexões que existiam. Tópico após outro, muito dos pontos levantados se encaixavam em torno da questão do autoritarismo.

No debate, caracterizou-se o autoritarismo como a relação em que alguém ou um grupo social impõe seu saber e sua decisão a outros. Essas relações autoritárias se estabelecem e se institucionalizam historicamente, e se tornam possíveis quando alguns detêm os meios de que outros precisam para satisfazer as próprias necessidades.

Controlando-se os meios para a satisfação das necessidades, estabelece-se uma relação de dependência, a partir da qual se controla a decisão do outro. Entretanto, por

ter-se constituído historicamente, o autoritarismo pode ser historicamente superado. Fica a questão de como superá-lo e como criar formas não autoritárias de ação.

No terceiro encontro, dia 25 de agosto, continuou-se a discutir o sentido do autoritarismo. Percebeu-se que o autoritário assume atitudes arrogantes e arbitrarias, porque julga que “sabe mais” ou que seu saber é “superior” ao dos outros. Não levando em consideração as dúvidas e o saber do grupo, evita que as decisões sejam tomadas coletivamente.

Mas respeitar o grupo não significa assumir uma atitude passiva frente a ele: significa interagir com os outros na busca de compreensão da realidade e dos caminhos corretos de ação. No debate, esclareceram-se também as formas como a ideologia dominante justifica a superioridade de certos tipos de saber, possibilitando que a classe detentora desse saber domine e explore as classes subalternas.

O encontro do dia 1º de setembro começou de modo insólito. Após o convite a discutir-se em torno de fatos da prática cotidiana, o grupo permaneceu em silêncio, por longos instantes. Aí, alguém propôs que se discutissem as razões deste silêncio. E começou a perceber que, acostumadas à passividade, as pessoas resistem a tomar iniciativas num grupo. Como romper esse silêncio? Agredir o grupo só provocaria maior intimidação. O modo mais adequado para ajudar o grupo a romper seu silêncio – seria partir da vivência do próprio grupo e ir questionando o modo como seus participantes compreendem essa vivência.

No encontro do dia 15 de setembro, Paulo Freire não pôde vir por problemas de saúde. O grupo precisou optar sobre se mantinha o debate como sempre, ou iam todos a outro debate que estava acontecendo sobre o movimento operário e o anarquismo. Após discutir as diferentes opções, o grupo escolheu ir, por considerar aquele tema ligado à educação popular.

O encontro do dia 22 de setembro foi reservado para se fazer uma avaliação do processo desenvolvido no ciclo de estudos. Percebeu-se que o grupo de debates veio crescendo em coesão e que isso permitia colocarem-se questões relevantes para a prática em nível pessoal e institucional. Tanto é que algumas discussões ajudaram muitos participantes a reverem o próprio modo de agir na escola, em casa, no bairro.

Mas havia impasses a superar. Alguns fatos levantados como exemplo tiveram repercussão junto às pessoas e setores envolvidos, provocando amplas discussões. Avaliou-se o modo como foram conduzidas essas discussões. Percebeu-se que certos questionamentos foram assumidos em nível pessoal e de modo emocional demais,

quando na realidade as críticas se referiam a problemas estruturais. Concluiu-se, portanto, que deveriam ser discutidos pelos grupos e tratados de modo mais institucional e político.

Dia 29 de setembro o grupo discutiu com Paulo Freire como promover o diálogo com pessoas ou grupos que têm medo de se expor ou de discutir a própria prática. Verificou-se que esse medo se deve a uma situação histórica de repressão. Por isso, é preciso compreender essas razões e, respeitando-as, assumir as lutas do grupo em torno de suas necessidades mais urgentes. E na medida em que se avalia esse processo de mobilização é que se promove a conscientização política.

Mas qual o papel e as possibilidades de atuação dos agentes de classe média junto às lutas dos grupos populares? Não se trata de ir ensinar ou liderar os movimentos populares. Não se trata de simplesmente se vestir ou morar como as pessoas das classes populares. O fundamental é assumir seus interesses objetivos, colocando o próprio saber a serviço das lutas populares e reforçando as lideranças locais autênticas.

No encontro do dia 06 de outubro, discutiu-se a necessidade de se dar continuidade e ampliar a “prática de refletir a prática”, iniciada neste ciclo de estudos, no sentido de se caminhar para a superação das divisões que ocorrem em nossa prática e para a definição de um projeto novo de universidade e sociedade. Levantou-se a idéia de se constituir, em 1984, um “Fórum de Debates”, na UNIMEP, envolvendo vários grupos, movimentos e instituições em discussões sobre questões fundamentais de nossa realidade, articulando-as com seminários sobre temas mais específicos ligados às diferentes áreas de atuação social.

No dia 20 de outubro, os participantes reuniram-se em três pequenos grupos para avaliar a proposta do “Fórum de Debates”. No plenário, que se constituiu em seguida, apresentou-se, na realidade, uma avaliação do presente ciclo de estudos. Paulo Freire falou da sua expectativa inicial, que era de “vir humildemente se engajar num processo em que as pessoas tomam distância de sua prática para refletir sobre ela”. Segundo ele, isso havia de fato ocorrido: analisamos o autoritarismo, um dos problemas fundamentais de nosso contexto; verificamos como ele se dá na família, na universidade, na escola, na sociedade civil; discutimos a questão da linguagem, enquanto linguagem de classe; desenvolvemos uma compreensão mais lúcida do significado de educação popular. Esse trabalho de reflexão não é, com certeza, alavanca da transformação da realidade, mas é um momento fundamental – o momento teórico – para o desenvolvimento de nossa prática.

Paulo Freire fez ainda notar a importância da participação de todos os grupos, de modo especial a contribuição dos líderes populares, e disse que valeu a pena o esforço e as viagens que fez semanalmente em função desse trabalho. A maioria dos participantes se manifestou, explicitando a repercussão e o significado que o ciclo de debates teve em sua prática.

No encontro do dia 27 de outubro, Paulo Freire não pôde estar por motivo de doença. Mas, como já estava previsto, encaminhou-se um debate de avaliação do Ciclo, partindo-se do presente texto, em sua redação inicial. Discutiu-se o sentido que teria um “relatório” e a quem se destinaria. Concluiu-se que o relatório deveria destinar-se prioritariamente ao próprio grupo e aos grupos populares (e em segundo plano à “academia”), para servir como instrumento de avaliação e de avanço no próprio trabalho de educação popular.

Percebeu-se, também, que deveria refletir as diferentes práticas dos grupos que participaram do Ciclo de Estudos. Por isso, decidiu-se que cada grupo faria o relatório do Ciclo de Estudos, a partir de seu ponto de vista, e o apresentaria no encontro de encerramento.

O encontro de encerramento, no dia 03 de novembro, realizou-se no anfiteatro do “Campus Taquaral”, aberto a toda comunidade. Vários participantes do Ciclo de Estudos apresentaram sua avaliação. Explicitaram o que significaram esses debates para a própria prática e reforçaram a necessidade de dar continuidade ao processo iniciado. Paulo Freire realçou o novo sentido acadêmico desenvolvido nestes trabalhos, dizendo que iria discutir essa experiência em universidades da Suíça, Bélgica e Alemanha, que visitaria a seguir. Em sua fala de conclusão do Ciclo de Debates, o reitor Prof. Elias Boaventura se comprometeu a apoiar a continuidade deste processo de debates, salientando, porém, que não é uma reitoria que muda a universidade, mas a ação de todos.

Significado do “Ciclo de Estudos sobre Educação Popular”

Mais do que uma atividade acadêmica no sentido tradicional, este Ciclo de Debates foi um momento expressivo de um processo de mobilização da universidade. Desde o início, pretendia-se envolver todos os setores e grupos da universidade na organização, desenvolvimento e avaliação desses trabalhos, de tal modo que os debates exprimissem os anseios de todos e reforçassem os programas e experiências inovadoras.

Essa preocupação levou a se evitar a forma elitista de programação e o modo seletivo de participação, criando um modelo original de organização de atividades. Projetou-se um “encontro semanal de debates”, do qual participaram representantes de diferentes “grupos de trabalho” (de dentro e de fora da universidade) com interesse, experiências ou projetos em educação popular. Esses mesmos grupos definiram a estrutura do ciclo de estudos, o número e a indicação dos participantes, assim como a temática e a metodologia dos debates. Neste sentido, o ciclo de estudos foi uma atividade mobilizadora, devido a sua própria estrutura participativa, ao envolvimento de vários grupos ativos, à repercussão nos diversos setores da universidade e da comunidade.

Devido à ampla representatividade, essa foi uma ocasião privilegiada para o conhecimento recíproco, a troca de saberes entre esses vários grupos e até mesmo, em alguns momentos, a embates que levaram ao crescimento, contribuindo, assim, para promover a integração dos vários setores da universidade, assim como entre outras forças vivas da comunidade regional.

Com isso, as atividades básicas da universidade foram reforçadas e estimuladas à inovação. Além disso, os debates feitos levantaram subsídios para a reflexão e avaliação das atividades docentes, como também ao fortalecimento de programas de extensão universitária como o Projeto Periferia, abrindo caminhos para outras atividades de pesquisa, tais como os Seminários de Pesquisa em Educação e do Programa de Pós-Graduação. Outro saldo organizativo importante em torno do Ciclo de Debates foi uma integração mais orgânica entre as áreas de educação, pesquisa e extensão.

Tal diálogo e interação só foram possíveis devido à metodologia aberta e participativa proposta e experimentada em todos os encontros e nos vários grupos de trabalho. Verificou-se um esforço por se assumirem coletivamente todas as decisões significativas no caminhar dos trabalhos e por se abrir espaço à livre expressão e interferência de cada participante no processo. Um clima de diálogo franco e fraterno foi se estabelecendo, tornando possível um debate pluralista em torno de questões fundamentais relativas à prática dos vários grupos.

Certamente, todos os participantes deste Ciclo de Debates, seja através dos encontros semanais, seja nas atividades dos grupos, desenvolveram novas habilidades, aprenderam e aprofundaram novas idéias, modificaram ou reforçaram atitudes e, portanto, passaram por um processo que contribuiu para a formação da própria

consciência crítica. Este foi um saldo pedagógico de inestimável valor, principalmente numa universidade disposta a se articular com o movimento popular.

Além disso, o Ciclo de Estudos foi ocasião de produção científica e de desenvolvimento de processos de comunicação, seja através dos espaços semanais no Jornal *Opção*, seja pelos relatórios dos encontros que circularam entre os grupos, e constituem, juntamente com as gravações, uma documentação importante para futuros estudos e pesquisas. Inclusive, duas turmas de mestrandos desenvolveram paralelamente aos encontros com Paulo Freire, atividades acadêmicas de reflexão e pesquisa sobre educação popular, abrindo perspectivas de trabalhos em função das práticas de educação popular. Enfim, surgiu e começou a ser desenvolvido no processo deste Ciclo de Debates o projeto do “Fórum Nacional de Educação Popular” (FONEP), que se desdobrou em iniciativas de educação popular nos anos seguintes em várias regiões do Brasil.

Desconstruir o autoritarismo

Neste capítulo retomo a série de *reportagens* relativas ao Ciclo de Debates sobre Educação Popular realizados na Universidade Metodista de Piracicaba, no segundo semestre de 1983. Estas reportagens configuram textos de minha autoria que relatam os debates desenvolvidos por Paulo Freire com estudantes, profissionais e militantes em movimentos sociais do interior do Estado de São Paulo, Brasil.

A tessitura destas reportagens traduz a dialogicidade de seu processo de elaboração e de redação. A formulação dos temas e das argumentações foi conduzida na relação dialógica entre os participantes de debates e entrevistas. O pensamento de Paulo Freire é o protagonista desta trama discursiva, mas seus significados são constituídos na interação com seus interlocutores, com suas questões e seus respectivos contextos.

O *autoritarismo* foi um tema gerador dos debates realizados na UNIMEP. Paulo Freire debateu este tema, seguindo as questões propostas pelos seus interlocutores: o saber e o poder, a linguagem, o silêncio, o medo e as relações de classe. Retomadas agora, um quarto de século depois, tais reflexões nos indicam perspectivas para transformar as estruturas mentais e políticas da modernidade e colonialidade ainda presentes em nosso modo de ser e conviver.

O autoritarismo em questão³

“Uma prática autoritária acontece quando a decisão final sai de uma pessoa e os demais têm que aceitá-la”. Esta foi uma das afirmações que deram início ao debate com Paulo Freire no dia 18 de agosto de 1983, na Universidade Metodista de Piracicaba. O tema “autoritarismo” foi considerado um dos mais relevantes entre os que foram levantados pelos vários grupos que participavam do Ciclo de Estudos sobre Educação Popular.

Segundo os participantes, a nossa prática tende a se estruturar de forma autoritária porque as pessoas e os grupos incorporaram a expectativa de que o chefe deve determinar o que os subalternos devem executar. E quando alguém disposto a

³ O texto deste tópico foi publicado originalmente como artigo de jornal: FLEURI, Reinaldo Matias. O autoritarismo em questão. In: *Opção*. Piracicaba, UNIMEP, 7 (97): 02, 05/11.set.1983.

mandar encontra outro disposto a se submeter, surge uma relação autoritária, em que o primeiro acaba decidindo arbitrariamente, ou seja, segundo suas perspectivas e interesses, deixando de lado os interesses do outro.

As estruturas sociais, a própria organização dos ambientes condicionam o estabelecimento de relações em que um decide e outros se submetem, um fala e outros escutam passivamente. Os estudantes, por exemplo, que entram numa sala de aula, onde as carteiras estão enfileiradas na direção do quadro negro, tendem a ouvir e acatar passivamente o que o professor fala e decide. Ou então, a televisão que estimula no telespectador uma atitude de passividade, despejando informações parciais, acaba se impondo arbitrariamente na vida das pessoas e das famílias.

Entretanto, “mandar ou ser mandado não é destino, nem para as pessoas, nem para sociedades”, diz Paulo Freire. A sociedade é autoritária porque assim se tornou historicamente, por fatores econômicos, políticos e culturais. Por isso mesmo, a sociedade pode mudar e o autoritarismo pode ser superado, a partir de nossa prática, de nossa luta por transformar a sociedade.

A busca por transformar radicalmente a sociedade, a luta por criar e ampliar espaços de liberdade exige coerência. Não é possível lutar contra o autoritarismo, sendo autoritário, isto é, com arrogância, sectarismo, intolerância. Ao contrário, “a tolerância – diz Paulo Freire – é necessária para quem luta pela transformação social. E tolerância é a capacidade de conviver e discutir com os companheiros que têm opiniões diferentes, para poder lutar contra o antagônico”. Para combater as estruturas autoritárias, é preciso desenvolver relações de diálogo.

O diálogo – em que as pessoas procuram conhecer e transformar juntos o mundo – promove uma relação não-autoritária: ao mesmo tempo em que as posições arrogantes são questionadas, cria-se uma dinâmica em que todos participam das decisões importantes. Surge, assim, um novo tipo de poder, a forma autêntica de autoridade, em que o saber e o poder são compartilhados efetivamente por todos. Neste contexto, a liderança autêntica é a que consegue expressar com clareza as expectativas e a vontade de todos, contribuindo para o coletivo enfrentar e superar seus conflitos, de modo a tomar as decisões em função de suas necessidades fundamentais.

Mas como um grupo pode atender às próprias necessidades quando os meios para atendê-las estão nas mãos de apenas alguns? Pois, controlando os meios para satisfazer às necessidades de uma coletividade, um indivíduo ou uma minoria pode controlar autoritariamente a maioria. Para que isso não aconteça, parece preciso criar

formas de controle coletivo dos meios de produção, de informação, consumo, etc. e aqui se levanta um desafio para nós: como fazer para que, no setor, no programa, na instituição em que trabalhamos, haja condições estruturais para todos participarem de todas as decisões significativas para a comunidade? Em outras palavras, como criar formas não-autoritárias de ação?

Saber e poder ⁴

Um jovem biólogo fez uma pesquisa e levantou o que os pescadores de uma determinada região sabem a respeito da pesca de camarões. Comparou este saber popular com os estudos científicos feitos a respeito. Chegou à conclusão de que estes dois tipos de saber convergem em quase tudo. Somente em dois pontos os pescadores tinham opinião errada.

No entanto – apesar de percebermos que o saber popular traz muitas vezes uma ciência, uma teoria verdadeira – nós intelectuais temos a tendência a considerar que nosso conhecimento é superior. O advogado, o médico, o professor, o “técnico”, é considerado como aquele que sabe e que tem “competência” para dar solução a problemas e para dizer o que os outros devem fazer. O saber do intelectual se torna, assim, poder. Poder legitimado pelo estatuto de ciência e pela submissão do povo.

“Saber é poder”, diz o ditado. De fato, se o saber é concentrado nas mãos de poucos, o poder tende a ser também concentrado e utilizado em função dos interesses desses poucos. Mas se se reconhece que o saber das classes populares tem valor, será preciso reconhecer que os favelados, os bóias-frias, os trabalhadores braçais também têm poder. Poder que pode ser usado segundo interesses contrários aos da classe dominante. Daí que esta se esforce por demonstrar que o saber popular é “acientífico”. Pois negar o saber popular implica negar o poder popular. Daí que a classe dominante procure demonstrar também que seu saber é “neutro”. Pois, assim, esconde os interesses particulares que defende com a “Ciência”.

E o intelectual comprometido com os interesses objetivos do povo, como é que ele pode contribuir para a organização das classes populares? Esta foi uma das questões largamente debatidas nos encontros com Paulo Freire, principalmente no dia 25 de agosto de 1983.

⁴ O texto deste tópico foi publicado originalmente como artigo de jornal: FLEURI, Reinaldo Matias. Saber e poder. In: *Opção*. Piracicaba, UNIMEP, 7 (99): 02, 19/25.set.1983.

“A prática profissional – diz Paulo Freire – que não levar em consideração as dúvidas, os sonhos, as prioridades, a compreensão de mundo do grupo, evita que as decisões sejam coletivas. É o caso do médico que chega num bairro e pensa: ‘eu sei o que é um posto de saúde, quais as carências da população; sei como solucioná-las e não preciso perguntar o que o povo quer’. Com isso corta a participação. A prática não-autoritária, porém, seria a do técnico que está aberto às aspirações, às dúvidas, aos sonhos da comunidade, para que as decisões sejam de todos”.

Mas esta atitude de abertura não significa uma atitude de espera indefinida. Não se trata de cruzar os braços em nome do respeito às expectativas populares.

Trata-se de uma participação ativa nos grupos, dando a própria contribuição para que o grupo se mobilize em torno de seus interesses e assuma com clareza suas decisões.

Pois, se é verdade que os grupos dificilmente se mobilizem sem o estímulo de uma liderança autêntica, é também verdade que pode tomar ingenuamente decisões contrárias a seus interesses. Como foi o caso de favelados da periférica de Piracicaba que se mobilizaram e lutaram para aprovar um projeto que – perceberam depois – era para desalojar os favelados.

O intelectual pode dar uma contribuição significativa para o desenvolvimento das lutas populares. Mas será possível colocar seu saber **a serviço** da luta e dos interesses das classes populares, sem passar pelo crivo do saber e da prática popular, toda a teoria que aprendeu na escola?

Romper o silêncio⁵

Silêncio... Um incômodo silêncio tomou conta do grupo, quando se abriu a palavra aos quarenta participantes do ciclo de estudos sobre educação popular para se discutir problemas da própria prática. Era o quarto encontro com Paulo Freire, no dia 1º de setembro de 1983. O gelo se rompeu quando alguém propôs que se discutisse o significado daquele silêncio...

Nem todos se conheciam naquele grupo. E muitos poderiam ter pensado: “Não estou muito por dentro do assunto. Os outros sabem mais do que eu. É melhor esperar...” Assim, ninguém tomava a iniciativa, talvez devido a certa insegurança ou timidez.

⁵ Texto publicado originalmente como artigo de jornal: FLEURI, Reinaldo Matias. Romper o silêncio. In: *Opção*. Piracicaba, UNIMEP, 7 (100): 04, 26.set./02.out.1983.

Mas essa timidez, em geral, não é uma atitude de caráter meramente individual. Ela decorre certamente da vivência num contexto social autoritário, em que aqueles que “pensam que não sabem” intimidam-se diante daqueles que “pensam que sabem”. A arrogância destes condiciona a timidez daqueles e vice-versa. “Você sabe com quem está falando?” – é o recurso freqüentemente usado por quem deseja se impor. E consegue se impor na exata medida em que o outro se intimida.

Em nosso contexto, somos sistematicamente formados para assumir este esquema de imposição-submissão em todos os relacionamentos do dia-a-dia. A começar – ou a continuar! – pela escola. Há como uma estratégia institucionalizada para se impor às pessoas o “silêncio do corpo”: em escolas de nossa região – conforme ouvimos dizer em conversas de corredores – se propõe prêmios para as crianças que não se mexem de seu lugar ou se castiga as irrequietas.

Ao silêncio do corpo se acrescenta a imposição do “silêncio da palavra”. Proíbe-se, por exemplo, que os estudantes conversem entre si e se institucionaliza a obrigação de repetirem quase mecanicamente apenas o que o professor ensina. E há professores que se esmeram em descobrir métodos para manter seus pupilos calados. É o caso daquela professora que, no início da aula, oferece a cada criança um gole de água, que deve ser mantida na boca até o final da aula e... ai de quem engolir! Medidas como essas são legitimadas e até mesmo incentivadas por aqueles que são encarregados de manter a ordem: quantas vezes não ouvimos elogios a professores ou diretores que “sabem manter a disciplina e se fazerem respeitar?”.

Além destas formas evidentes de repressão, há outras mais sutis que condicionam ao “silêncio da mente”. À custa, por exemplo, de ser forçado na escola a repetir sempre o que o professor diz, o estudante acaba sendo tolhido em sua capacidade de pensar com a própria cabeça. E, pior, tenta-se convencê-lo de que o saber “de quem tem competência” é absolutamente verdadeiro e incontestável.

Esta ideologia conduz os que “pensam que não sabem” a uma atitude de inércia, de passividade. Esta é outro tipo de silêncio, o “silêncio da Vontade”. A pessoa – subalterna, evidentemente – não tem a permissão de decidir, pois quem decide é sempre o superior. Na melhor das hipóteses, sua proposta só adquire validade após ter passado pelo aval do chefe.

Essa dinâmica autoritária cerceia a autonomia das pessoas. Mas a consequência mais terrível é que impede a articulação de grupos e de processos democráticos na decisão em qualquer nível de poder, gerando, então, o “silêncio da comunidade”. Este

silêncio se manifesta quando alguém assume uma atitude autoritária frente ao grupo. E se manifesta, paradoxalmente, também quando um grupo condicionado à passividade se encontra numa situação em que tem que assumir sua palavra e sua decisão.

Como ajudar a romper este silêncio de grupo, síntese de todas as formas de silêncio?

Cometeria um erro alguém que, na esperança de incitar a iniciativa do grupo, agredisse os companheiros dizendo num tom de superioridade: “Vocês são uns alienados. Deste jeito o país não muda mesmo! É preciso acabar com essa passividade”. Esta seria uma forma de se contrapor à realidade de maneira acrítica. Por outro lado, seria também um erro aceitar a passividade sem desafiá-la, acomodando-se a esta situação.

O modo mais adequado de romper criticamente com o silêncio – tal como ocorreu na experiência que Paulo Freire nos contou (veja o tópico seguinte) – seria partir da vivência do próprio grupo e ir questionando o modo como seus participantes compreendem essa vivência. Deste modo, o grupo vai tomando consciência dos fatores que condicionam sua situação e, pouco a pouco, vai descobrindo e assumindo modos de transformá-la radicalmente.

Pai, afasta de mim este “cale-se”...

No tópico anterior “Romper o silêncio”, publicado em artigo na semana anterior⁶, fizemos algumas considerações a partir do quarto encontro do ciclo de estudos sobre educação popular, do dia 1º de setembro de 1983. Entre outras coisas, falamos de uma experiência que Paulo Freire nos contou. Trata-se de uma reunião de camponeses, da qual ele participou. Interessante foi o modo como a conversa levou o grupo a romper seu silêncio (o “cale-se” imposto pela opressão) e avançar na compreensão da realidade. Esse diálogo pode nos ajudar a refletir sobre a pedagogia da educação popular. Para isso, tentaremos escrever, de modo resumido, o que ouvimos de Paulo Freire.

Quando eu era muito jovem – começou Paulo Freire – fui participar de uma reunião de camponeses perto de Recife. Começamos a conversar, dialogando. De repente, o grupo ficou absolutamente calado, como se tivesse havido uma espécie de acordo. Também fiquei calado. O silêncio começou a ser “ouvido” e incomodar. Meu

⁶ Texto publicado originalmente como artigo de jornal: FLEURI, Reinaldo Matias. Pai, afasta de mim este “cale-se”. In: *Opção*. Piracicaba, UNIMEP, 7 (101): 02, 03/09.out.1983.

silêncio era fundamental para romper aquele silêncio, pois eu – o meu “saber” – era uma das causas do silêncio.

Em certo momento alguém começou a falar:

- *Doutor, o senhor desculpa a gente, porque a gente estava falando. A gente não devia estar falando. Quem deve falar é o senhor! Porque o senhor é quem sabe.*

Quando aquele camponês falava, ficava evidente o quanto ele exprimia o pensamento de todos.

- *Está certo – disse eu – mas por que é que eu sei e vocês não sabem?*
- *O senhor sabe porque foi à escola. Nós não fomos.*
- *Por que é, então, que eu fui à escola e vocês não foram?*
- *O senhor foi à escola porque seu pai pôde e nosso pai não pôde nos dar estudo.*
- *E por que aconteceu assim?*
- *Seu pai tinha emprego e dinheiro. Nossos pais eram camponeses.*
- *E o que é ser camponês?*
- *É não ter o que comer, é não poder ir à escola... É ter que trabalhar duro!*
- *Mas por que o camponês trabalha duro e, mesmo assim, não tem condições de viver bem?*
- *Isso acontece porque Deus quer! Sempre foi assim!*
- *E quem é Deus, este Ser com tanto poder sobre a vida da gente?*
- *Ele é o nosso pai, que fez o mundo, que fez a gente!*
- *Pois bem. Quem, aqui, é pai de família? Quem tem muitos filhos, mais de cinco?*

Um homem levantou a mão, dizendo que tinha seis filhos. Dirigi-me a ele:

- *Tu também és pai. E tens menos poder que o outro Pai, Deus. Com certeza, também és menos justo e menos bom do que Ele. Mesmo assim, tu que tens seis filhos, serias capaz de deixar cinco aqui na fome, no sofrimento, na doença e juntar todo o esforço destes cinco para mandar só um filho estudar em Recife, para se tornar um doutor e depois gozar a vida sozinho?*
- *Não. Porque quero bem a todos os seis, de forma igual!*

- *Pois é! Será, então, que Deus, um pai capaz de amar muito mais do que nós, daria toda a riqueza e conforto apenas para alguns, deixando a grande maioria do povo morrendo de fome?*
- *É claro que não!*
- *Então, quem é que faz o camponês viver na miséria?*

Um novo silêncio tomou conta do grupo. Depois um murmúrio. Por fim, alguém exclama, como que exprimindo a idéia que passou pela cabeça de todos:

- *É o patrão!*

O grupo percebeu que não era Deus quem definia aquelas condições de vida do camponês. Era o patrão! E citavam fulano ou cicrano, capatazes do grande proprietário de terras da região.

Aquele grupo de camponeses tinha feito um grande salto de consciência. Mas, naquela ocasião, não tinha mais elementos para perceber todo o sistema econômico e político que está por trás do autoritarismo de fulano e cicrano. Perceber isso era necessário. Mas esta percepção só iria ganhando corpo e profundidade na medida em que avançasse, pouco a pouco, o processo de conscientização e mobilização popular! E era preciso respeitar, estimulando, este processo...

Medo⁷

Por que pessoas ou grupos populares reagem, às vezes, com desconfiança e medo em relação aos que se dispõem a desenvolver com eles um trabalho de conscientização? Como promover o diálogo com pessoas ou grupos que têm medo de se expor? Este foi um dos problemas levantados no ciclo de estudos sobre educação popular, dia 29 de setembro de 1983.

Em grande parte este medo é explicável pela nossa experiência de vinte anos de repressão sob regime militar. Toda uma geração cresceu nesse clima de medo e de forte doutrinação ideológica, que tenta justificar o sistema imposto e segrega como “subversivo” todo aquele que faça qualquer menção de discordância. A mobilização popular forçou o regime autoritário a conceder certa abertura. Mas muita gente não acredita e, na crise atual, chega a temer uma nova “fechadura”.

Por isso, é preciso respeitar esse medo que as pessoas têm de, logo de cara, se expor a um diálogo franco. É preciso compreender as razões deste silêncio. E, em certas

⁷ Texto publicado originalmente como artigo de jornal: FLEURI, Reinaldo Matias. Medo. In: *Opção*. Piracicaba, UNIMEP, (103): 02, 17/23.out.1983.

situações, o silêncio é a única forma de resistência, o recuo é a única forma de luta possível. Um líder do movimento dos favelados disse que uma vez teve uma audiência com uma autoridade. Ao final de uma longa conversa em que tentou dissuadir os moradores de certas atividades, o prefeito conclui: “Sabe que tenho autoridade para mandar prendê-lo? Duvida?”. “Não duvido, não, seu doutor!” – respondeu o favelado, intimidado. Frente à arrogância de quem detinha o poder, as possibilidades de diálogo tinham se esgotado.

Mas, não são apenas atitudes como estas que intimidam o povo. Atitudes sectárias de pessoas que – movidas, às vezes, pela maior boa vontade – geram e reforçam a desconfiança. Um alfabetizador conta que, num bairro de periferia, de início, as pessoas demonstravam muitas reservas em relação a ele. Após alguns meses de convivência, num esforço de ser receptivo e de compreender as pessoas, alguém lhe disse: “É, seu grupo parece legal! Mas antes de você, havia outros que só queriam que a gente entrasse para o partido deles”.

É claro! Se alguém chega num bairro, ou numa associação, fazendo um discurso exaltado, que não tem nada a ver com a situação histórica daquele povo, com certeza só vai reforçar o medo e o silêncio.

O silêncio – diz Paulo Freire – só se rompe falando. E se fala autenticamente agindo! O discurso não vem antes da prática. É preciso partir das necessidades mais urgentes do povo e, junto com ele, buscar caminhos para superar os problemas. Se numa determinada comunidade a necessidade prioritária é a instalação do serviço de água, a educação popular passa pelo processo de reivindicação da água. Porque, quando a comunidade, em certos momentos, pára e avalia seu trabalho de mobilização, então aprende a se organizar politicamente. E este aprendizado servirá de base para novas reivindicações, após ter conseguido água. A água é um objeto de uso. A reivindicação da água é um processo político.

Nesse processo político, o papel da liderança é importante, porque ajuda a catalisar o saber e as iniciativas populares na organização de sua luta e na consecução de seus objetivos. Mas a liderança é autêntica quando está **com** a comunidade e não **sobre** ela. Por isso, quando a liderança surge fora da comunidade, ela só se autentica quando supera seus limites iniciais ou se dispõe a ceder lugar para as lideranças que surgem da própria comunidade.

Não se trata, portanto, de alguém de fora querer dirigir uma comunidade, ou levar-lhe um conhecimento pronto. Trata-se, antes de tudo, de reconhecer que o povo

tem um saber próprio – mesmo que não absoluto – e se dispor a aprender com ele. Só assim se pode dar uma contribuição válida para os grupos populares explicitarem e sistematizarem seu saber durante seu processo de mobilização.

Nós e eles⁸

Quando falamos de grupos das classes populares, como os bóias-frias, os favelados, os trabalhadores da fábrica e da roça, referimo-nos a “eles”, como se fossem diferentes e distantes de “nós”, classe média. Que distância é esta que existe entre “nós” e “eles”, mesmo quando queremos nos dar as mãos?

Não posso dizer que sou favelado – explicou Paulo Freire, no encontro do dia 29 de setembro de 1983. Sou um trabalhador intelectual, professor universitário. Como tal, em nosso contexto, tenho certas condições e possibilidades objetivas que um operário não tem: certa segurança de emprego, mais alternativas de sobrevivência e de conforto...

Além disso, o significado e as conseqüências da luta política para um professor universitário não são iguais aos do trabalhador braçal. Se os professores fazem greve, o governo e classe dominante não se incomodam tanto quanto com uma greve de metalúrgicos. Isto porque uma greve de operários desestabiliza o alicerce da vida social, a produção, enquanto que a paralisação de atividades culturais não traz prejuízos imediatos para o sistema. Por isso, é que a mobilização de operários é mais duramente reprimida do que a dos professores ou estudantes. Diante disso, um operário pensa duas vezes antes de aderir a uma greve, pois sua adesão coloca em risco a própria segurança e sobrevivência.

Entre classe média e classes populares há diferenças. Não há que se iludir. A questão, porém, que a gente tem que se colocar é esta: será que, mesmo tendo no momento condições melhores de vida, sou capaz de me solidarizar real e coerentemente com a luta dos trabalhadores pela transformação radical da estrutura social injusta?

Trata-se de uma opção vital, a partir da qual a gente coloca as próprias forças e capacidades a serviço dos movimentos sociais que lutam pela justiça. É esta opção que faz a gente se identificar com os injustiçados e se tornar companheiros de jornada. Ir morar ou trabalhar numa favela, vestir roupas simples, ou falar linguagem chã podem não significar atitudes com sentido libertador. Solidarizar-se com as lutas das classes

⁸ Texto publicado originalmente como artigo de jornal: FLEURI, Reinaldo Matias. Nós e eles. In: *Opção*. Piracicaba, UNIMEP, 7 (104): 02, 24/30.out.1983.

populares implica uma conversão mais profunda, que vai amadurecendo através de um caminho pessoal e coletivo por vezes longo e dramático.

Implica, por exemplo, uma mudança de mentalidade. Em nosso contexto, quem estudou muitos anos tende a se julgar portador de um saber mais válido do que o do “povão”. Quando se encontra num grupo popular, acha que tem muito a ensinar e pouco a aprender. Na realidade, porém, as classes populares têm um saber próprio, uma cultura forjada a partir do trabalho duro e da luta pela sobrevivência. É um saber diferente, mas nem por isso menos válido do que o saber conceitual e abstrato. Por isso, o intelectual de classe média tem muito a aprender com o saber do povo. Por outro lado, só conseguirá, com seu saber abstrato, ajudar os grupos populares a tornar o saber deles mais rigoroso se levar em conta o valor e os limites do saber popular.

A mudança de mentalidade vai de mãos dadas com a mudança de jeito de atuar. A gente acredita normalmente que a ação seja sempre resultado de decisões individuais e que um grupo só consegue agir com eficiência quando se submete às ordens de um chefe. Este modo elitista de agir não se adequa à forma de atuar dos movimentos populares. É a partir do diálogo franco e fraterno que o caminho a ser seguido pelo grupo vai se aclarando. A decisão é tomada e assumida com a participação de todos. A liderança autêntica é a que consegue exprimir essa decisão coletiva e ajudar todos a realizá-la. Se alguém se julga “dono da verdade” e se esforça por impor sua visão ao grupo, acaba dificultando o processo de conscientização e organização do grupo.

Colocar-se a serviço do movimento popular implica, enfim, trabalhar contra a mentalidade e os interesses elitistas das classes dominantes. Para nós, de classe média, implica morrer como classe. Mas é justamente esta “morte” que nos possibilita ir ressuscitando como “homem novo” e nos permite contribuir para que sejam superadas as relações que garantem os privilégios de alguns à custa da exploração e opressão de muitos. E ao contribuir para este processo de libertação social, a gente estará desenvolvendo o próprio processo de libertação pessoal.

Encontros com Paulo Freire: refletindo o autoritarismo⁹

No dia três de novembro de 1983, encerraram-se os “Encontros com Paulo Freire”, série de reuniões do educador com professores, funcionários e estudantes da Universidade, além de lideranças da própria comunidade regional e representantes de

⁹ Texto publicado originalmente como artigo de jornal: Encontros com Paulo Freire: refletindo o autoritarismo. In: *Opção*. Piracicaba, UNIMEP, (105): 05, 31.out/6.nov.1983.

outros segmentos. Realizaram-se dez encontros semanais a partir de 11 de agosto de 1983. Após a volta do exílio, esta foi uma das poucas vezes em que o autor da *Pedagogia do Oprimido* concedeu sair do seu eixo de aulas entre Campinas e São Paulo, para animar – ou agitar – um seminário noutra Universidade. Tendo como meta discutir a Educação Popular, os debates acabavam girando sobre a questão do autoritarismo, que se manifesta em vários níveis.

Paulo Freire faz uma avaliação positiva sobre estes encontros, especialmente por despertar a discussão sobre questões essenciais para a prática pedagógica e política. Neste sentido, alerta para o perigo de se efetuar o que chama de “comparação ingênua”, ou seja, entender-se que, após essa série de debates, já teríamos equipes formidáveis, altamente capacitadas por causa dos encontros, dispostas a um engajamento no processo político-educacional a favor da superação das injustiças. “Se assim pensássemos, hoje estaríamos frustrados”.

O educador assinala que toma esse tipo de encontro como momentos de reflexão crítica sobre a prática dos diferentes participantes, quanto a uma melhoria da compreensão dessa prática e, *a posteriori*, melhoria da própria práxis. “Se entendemos os encontros assim, não há porque se frustrar. Apesar da dificuldade de permanência dos mesmos participantes do início ao fim, surgiram durante a reflexão temas que expressavam dúvidas e inquietações dos participantes, umas discutidas mais, outras menos detidamente, e nem era a intenção aprofundar a discussão sobre esses temas”.

Paulo Freire observa, então, que as conversas giraram basicamente sobre o seu tema preferido: a manifestação do autoritarismo em suas dimensões mais distintas. O autoritarismo em casa, do pai, da mãe, a chantagem sentimental para se obter alguma coisa. O autoritarismo na escola primária, secundária e, depois, na Universidade. A arrogância do educador. A dimensão desse autoritarismo na esquerda e na direita. A petulância do intelectual em se considerar proprietário de um saber imutável. A linguagem que perpassa todas as classes sociais com o discurso da classe dominante. Falar para as classes populares sem compreender nada a respeito do que se está dizendo. A relação lideranças-massas. O papel da Universidade.

Enfim, Paulo Freire não aceita fazer uma análise “psicologista” do acompanhamento pelos diferentes níveis de participantes. “Quando uma pessoa fica o tempo todo sem dizer nada, não implica necessariamente que ela prestou menos atenção ao debate”, observa, assinalando que via nos olhos e no corpo o interesse pelos temas. Uma contribuição fundamental para o enriquecimento da discussão, em seu entender,

foi a participação das lideranças populares, “provocando em nós, intelectuais, a reflexão sobre a necessidade de mudar nossa linguagem”.

De qualquer ângulo, portanto, considerou os encontros como momento importante de reflexão, “se entendermos que eles não funcionariam como alavanca de transformação imediata”. Só uma advertência: para que toda essa gama de dúvidas despertadas tenha solução de continuidade, o educador acha que o trabalho deve prosseguir de um modo que não implique necessariamente na sua permanência em acompanhar ao esforço empreendido pelos co-autores desse processo.

O processo de debate desencadeado na UNIMEP com a presença de Paulo Freire naquele segundo semestre de 1983 teve múltiplos desdobramentos seja no âmbito de diferentes setores desta universidade, seja na articulação com outras instituições, como ocorreu no desenvolvimento do Fórum Nacional de Educação Popular (FONEP), que realizou em seguida quatro seminários anuais ¹⁰.

Considerações atuais: descolonizar o saber e o poder

Nesta série de encontros com Paulo Freire o tema do autoritarismo é focalizado como a marca dominante nas relações que se estabelecem em nosso contexto, onde o saber científico aparece como superior ao saber popular para legitimar a ordem sujeitadora e impor o silêncio e a submissão às classes subalternas. Na tentativa de romper esse silêncio, articulando universidade e povo, intelectuais e movimento popular defrontam-se com o medo e a desconfiança inicial que os grupos populares têm em relação aos agentes de classe média, medo gerado pela situação histórica de opressão de uma classe pela outra. Portanto, a superação dessas “diferenças de classe” só pode se dar na medida em que os intelectuais se colocam a serviço dos interesses objetivos das classes trabalhadoras, na construção de um novo projeto de sociedade.

Desvelar e desconstruir o autoritarismo nas relações sociais e educativas implica em denunciar a colonialidade inerentes ao saber e ao poder em nosso contexto. Na medida em que um discurso é disseminado e os corpos são disciplinados, constituindo regimes de verdade, os sujeitos se submetem e se inferiorizam, porque acabam por assimilar esse discurso e assumir a perspectiva do colonizador. Esta questão, que Paulo Freire traz à tona, é retomada com ênfase por algumas perspectivas “pós-colonialistas”

¹⁰ Confira o relatório do primeiro FONEP em *Educação Popular: experiências e reflexões*. Caderno 2. Piracicaba: Unimep, 1985.

ou “pós-ocidentalistas”¹¹, de autores e autoras da Índia, da África e da América Latina. Eles entendem que essa é a condição das pessoas e sociedades de *países do Sul*, que tiveram suas histórias contadas a partir da perspectiva do colonizador, e assim foram acostumadas a se olhar e a se constituir segundo a perspectiva alienada. Nesta perspectiva, coloca-se o desafio pedagógico-político, ético-epistemológico de se constituir sujeitos críticos e criativos, que desenvolvem suas formas de resistência, que negociam, entram nos jogos de poder, elaborando os caminhos de suas próprias vidas, que tramam seu dia-a-dia. Desconstruir as estruturas de relação autoritária, ou descolonizar os dispositivos de saber e de poder, pode significar, então, aumentar a capacidade de percepção desses jogos, entendendo as ambigüidades e ambivalências vividas no cotidiano, ao mesmo tempo em que conseguindo deslindar as tramas da macro-política, que tecem seu contexto social mais amplo.

¹¹ De acordo com pensadores críticos latino-americanos, enquanto o pós-moderno teria sido definido nos países centrais, o pós-colonialismo e o pós-ocidentalismo são referências das margens. O primeiro diz respeito mais especificamente às ex-colônias britânicas e o segundo, sugerido por Mignolo, se refere às antigas colônias ibéricas (Cf: Walter Mignolo, Catherine Walsh, Freya Schiwy, Santiago Castro-Gómez).

Conscientização: palavra mágica ou processo de libertação?

Entrevista com Paulo Freire¹²

Paulo Freire tornou-se mundialmente conhecido pelo seu novo método de educação na linha da conscientização. Após longo período de exílio voltou novamente ao Brasil e está desenvolvendo interessante trabalho em universidades de São Paulo e junto a vários grupos base.

Em nossa entrevista Paulo Freire retoma aspectos de sua personalidade, de seu pensamento e de seu trabalho, que são profundamente estimulantes para nossa reflexão.

Gen's: *Seu trabalho tem sido muito elogiado por uns e rejeitado por outros. Há quem vê em sua proposta de conscientização uma intenção “satânica e subversiva” e outros a consideram baseada numa opção profundamente cristã. Qual é, na realidade, sua posição?*

Paulo Freire: Eu sou um homem procurando tornar-me cristão. Não posso dizer que “sou”, porque o verbo “ser” diz muito da natureza do ser. Eu não “sou”, porque acho que ninguém “é”. Os cristãos “estão sendo” cristãos, ou não. Esta é minha opção, independentemente de quem acredite ou não nisso; não vai aqui nenhum desrespeito aos outros que não acreditam na minha crença. Eu vivo dentro dela em paz, contente. Só que a minha maneira de estar sendo cristão, não é maneira “beata”, nem “mágica”. Então, para ser cristão, o que faço é radicalizar a minha opção pelas classes oprimidas, espoliadas. Só na medida em que eu selo minha opção com as classes dominadas, com os pobres, é que eu faço a minha Páscoa. Portanto, para mim, fazer a Páscoa, não é simplesmente ir à Igreja em certo dia e período do ano. Fazer a Páscoa é morrer, enquanto membro de uma classe que espolia, e renascer, ressuscitar enquanto membro de outra classe, para libertando-se com os oprimidos, renovar e reinventar a sociedade.

¹² Participaram como entrevistadores Reinaldo Matias Fleuri e Enrico Pepe. A entrevista foi feita em 1981, pouco tempo após o retorno de Paulo Freire do exílio (1979). Um excerto da entrevista foi publicado como artigo no *Jornal Gen's* (São Paulo, Ed. Cidade Nova, (9): 10-3, nov.1981). Este jornal era elaborado sob a responsabilidade do movimento juvenil “Geração Nova”, vinculado ao Movimento dos *Focolares*.

Isso que é a conscientização. Eu reconheço que esta não é a posição de muitos cristãos. Principalmente porque não há cristão neutro diante da fé.

O que acontece é que, muitas vezes, nós ocultamos por trás da expressão de fé os nossos interesses de classe. Em nome da defesa de nossa fé, da fé de que falamos, o que estamos fazendo é a defesa dos nossos interesses de classe, é a defesa do nosso refrigerador, do nosso automóvel, do nosso apartamento, do nosso “status social”. É o que estamos fazendo em nome da fé.

É por isso que, quando alguém explicita a dor dos outros, a dor dos miseráveis espoliados das favelas, os que querem ocultar este mundo de desgraça e de desprezo o chama de “subversivo”.

Então, o que é a conscientização?

É uma prática, eminentemente política, não é nada neutra. Conscientização é trabalho de quem opta pela libertação dos oprimidos, e que entende que esta libertação, não se dá com discursos apenas, mas sobretudo com prática transformadora, e esta prática é política, é uma questão de poder; isso é o esforço conscientizador.

Gen's: *Esta atividade conscientizadora, que é eminentemente política, pode ser instrumentalizada para fins contrários à libertação dos oprimidos?*

Paulo Freire: Tudo pode ser instrumentalizado. É muito difícil ter algo que não o possa. É claro que, quando a classe dominante faz algo no sentido de continuar a exploração da classe dominada, não está conscientizando, mesmo que diga que isso é conscientização. Mas não é; é engodo, mentira. Agora, a classe dominante, usa apenas a palavra “conscientização”, mas usa também toda uma linguagem hoje de esquerda. A direita usa toda uma temática que está dentro do horizonte, por exemplo, de uma prática libertadora. Isto faz parte das táticas da “direita”. Que a direita faça isso, acho que é normal. O que eu acho trágico é quando alguns de nós, que temos uma opção libertadora, não somos coerentes com o nosso discurso. Quer dizer: temos um discurso progressista e temos na prática uma atuação reacionária.

Gen's: *Um dos pontos controvertidos hoje é quando se fala de “luta de classes”. A conscientização leva a uma luta de classes?*

Paulo Freire: Não é a conscientização que cria a luta de classes. A luta de classes existe... está aí, está aqui na rua, está dentro de nossa casa; eu não sei como a gente não vê a luta de classes. Quando você ouve um industrial falando na TV, quando ele se refere à greve, a um operário que luta aqui por uma coisa que na Europa é considerada óbvia, que é o direito de ter segurança de um ano de trabalho, e a classe

dominante nega. E ao negar, o que ela está fazendo? Está lutando com a classe dominada... A conscientização não é em si origem da luta de classes. Ela ilumina qualquer ato pedagógico-político correto, ela ilumina o fenômeno, ela esclarece.

Então você me pergunta: qual é o seu ponto de vista pessoal?

O meu ponto de vista pessoal, em primeiro lugar, não faz a história. Não é ele que vai fazer a história. Eu ficaria felicíssimo se um dia estas classes dominantes neste país resolvessem que já era tempo de parar de explorar, para que as massas deste país pudessem começar a ser. Eu ficaria contentíssimo, mas só que não vai ser tão fácil assim.

Gen's: *A opressão político-econômica se reproduz, muitas vezes, na vida pessoal e dentro da família. A seu ver, como é possível superar isso!*

Paulo Freire: Tenho a impressão de que a superação das relações opressoras dentro da família, só se dá na medida em que a sociedade toda se modificar radicalmente. Isto não significa que não se faça nada antes! Inclusive isto seria esperar o que não viria. Mas é preciso ter um mínimo de consciência deste fenômeno e estabelecer um equilíbrio entre uma forma de viver, às vezes profundamente distinta, dentro da família e a que se dá no mundo. E inclusive preparar os filhos muito bem para eles não se chocarem com essa diferença. Quer dizer, eles precisam ser capacitados para o conflito. E vivendo dentro de um lar harmonioso, pode-se até esquecer do conflito.

Por outro lado, há muito cristão que pensa, quando ouve falar em conflito, que “conflito” é coisa que se deve acabar. E pelo contrário, estou muito convencido que o conflito é formador; o conflito faz o parto da consciência. O conflito existe e há que se aprender nele.

Outro aspecto importante é a coerência entre o discurso, entre a explicitação da opção e a prática da gente. Não é possível ser cristão e reacionário ao mesmo tempo. Eu acho uma incoerência absoluta, terrível. Não entendo como se pode ser um cristão capitalista! Você pode ser cristão, dizer-se e pagar Cr\$ 3.000,00¹³ a uma empregada? Como é possível? Eu sou cristão e pago três mil cruzeiros à empregada, tenho uma chave no meu refrigerador, senão ela pode abrir e comer a comida melhor que tenho. Água da geladeira ela não tem direito. Tem que tomar a água da torneira. Tem que trabalhar o dia inteiro. Tem que me esperar até altas horas para servir o meu jantar. E se ela acha ruim, eu a despeço, porque vem outra... Eu não compreendo como é que pode bater uma coisa com a outra.

¹³ Três mil cruzeiros era, em 1981, o valor correspondente ao “salário mínimo” oficial.

Outra questão: por exemplo, alguém faz um discurso marxista, revolucionário. Inclusive dá seminários sobre Marx, na universidade. Mas transforma a mulher dele num objeto e paga Cr\$ 3.000,00 à empregada. Aí não compreendo como pode bater uma forma de comportamento marxista que pretende ser “revolucionário” com uma forma de comportamento reacionário. Para este tipo de gente, o discurso é o que ajuíza a prática, quando, na verdade, é a prática que ajuíza o discurso. É a prática que dá validade à palavra e não ao contrário. Acho que bater no peito e dizer “sou cristão” é coisa muito séria, muito responsável. Nunca digo que sou cristão. Eu estou procurando vir a ser.

Gen’s: *E como você encara a linha que tomou a Igreja na América Latina, de Medellín a Puebla?*

Paulo Freire: Tenho a impressão de que a gente não pode falar assim de uma Igreja entendida monoliticamente. Mas eu acho que é impossível negar na história recente brasileira e latino-americana, o papel altamente positivo que a Igreja vem desempenhando. Em nosso caso, não tenho dúvida nenhuma que de dez anos para cá a posição da Igreja, vem sendo uma posição realmente de compromisso com o povo, com o “povão” brasileiro. É claro que há também casos de exceção, mas acho que grande parte da Igreja entre nós, assumindo-se numa linha profética, não teme e não teme a sua morte. Precisamente porque é profética, ela sabe que a tensão da vida está também na morte. Portanto, é uma Igreja que tem um recado que é tão antigo quanto o recado cristão, sem ser velha, sem ser tradicionalista, e que tem um recado tão novo quanto o recado cristão, sem ser modernista. Aí que está o verdadeiro profetismo: não saindo da tradição, não é tradicionalista, e não negando a modernização, não é modernista: é profética. É uma Igreja de compromisso histórico, é uma Igreja para a qual a Páscoa é o que já falei antes. É esta a Igreja a que eu pertenço radicalmente.

Gen’s: *Como você vê a perspectiva de sua ação, em relação à Igreja, pois você está trabalhando na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), nos grupos de base, etc.?*

Paulo Freire: Dou um mínimo de contribuição às equipes que trabalham com D. Paulo Evaristo Arns. Eu acho que vai crescer, tanto quanto a gente possa, no campo das Comunidades Eclesiais de Base, no campo da educação popular e inúmeros campos. Uma equipe que nos procurou, dizia que o trabalho mais importante, o problema mais difícil que eles tinham é que a população da favela, nesta comunidade, só pensa em

rezar. Eu disse: puxa, está óbvio, o que tem que fazer é isso, é rezar mesmo. Porque não é a reza em si que aliena, é o que e o como nos leva a rezar, e não a oração em si.

Então, nós estamos desenvolvendo um seminário para esta turma jovem sobre “Fé e Política”, e fazer um treinamento em torno de uma releitura dos Evangelhos, dentro de uma perspectiva como esta. Isto é um ponto de partida, para uma povoação que só quer rezar. E não há que negar isso. E não há que dizer que a reza é ruim. O que há de fazer é partir de onde o povo está, do que o povo quer. É isto que a gente está fazendo. E eu tenho muita esperança e fé em Deus que a gente pode dar um mínimo de contribuição. E para mim é mil vezes melhor estar aqui, do que estar na Europa, apesar de lá não ter que enfrentar nenhum risco pessoal.

Utopia e Poder ¹⁴

Vim aqui, hoje à tarde, para conversar um pouco com vocês sobre a temática que está posta “Igreja e Poder”. Vou tentar colocar alguns problemas, partindo da nossa experiência no Brasil, para fazer comentários em torno da expressão autoritária de poder e de como venho tentando, utopicamente, me contrapor, teórica e praticamente, aos diferentes níveis de expressões autoritárias entre nós.

O autoritarismo entre nós

Como brasileiro, uma coisa que me toca e preocupa intensamente é certo “gosto pelo mando”, certo gosto de poder opressivo, autoritário, que silencia quem está por baixo; é certa inclinação ao exagero de autoridade, à distorção da autoridade em autoritarismo, que perpassa as classes sociais no Brasil, de tal maneira que, talvez, a gente não corresse o risco de errar dizendo que somos uma sociedade fantásticamente autoritária.

Incrível o autoritarismo no Brasil! Ele se expressa de diferentes ângulos e revela uma exacerbação de poder: o poder do Estado, o poder das classes dominantes, o poder econômico, o poder intelectual. É o “sabes com quem estás falando?” que intimida. Pode até ter blefe nisso. Mas o próprio blefe confirma a tese de autoritarismo. Quer dizer, o sujeito olha para o outro e diz: “O senhor sabe com quem está falando?”. O outro fica bem desconfiado de que deve ser no mínimo uma alta patente de qualquer tipo de poder. E aí ele não quer correr o risco de perguntar: “E, realmente, com quem estou falando?” Isto pode parecer zombaria e o cara pode se dar mal.

Machismo e Sintaxe

Uma das expressões autoritárias do poder no Brasil é o poder do macho. Eu, é claro, sou homem e confesso que gosto muito de ser. Mas uma coisa que não aceito é

¹⁴ Palestra proferida por Paulo Freire dia 12 de maio de 1984, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por ocasião do curso de extensão cultural “Igreja e Poder”. A transcrição da gravação foi revisada e corrigida pessoalmente por Paulo Freire, resultando no presente texto. Excertos desta palestra foram publicados, em forma de entrevista, com o título “Passagem para a utopia” no *Jornal da ADUFU*, n. 14, Uberlândia, maio 1986. p. 3.

exatamente a exacerbação do poder, é o autoritarismo que a ideologia machista expressa nas relações dos homens com as mulheres neste país.

A gente vê essa ideologia se explicitando em tudo. Por exemplo, a chamada sintaxe de concordância da língua portuguesa é tremendamente macha. E ninguém me convence que isso é pura sintaxe. Há ideologia por trás da sintaxe e a linguagem também ideológica.

Por exemplo, tem um milhão de mulheres e um homem e a gente diz: “**Todos** vocês”. Isso não entra na minha cabeça. Às vezes eu converso com amigos e digo: “Puxa, como essa sintaxe da gente é macha! Toda concordância se faz no masculino”. Então eles vêm com a explicação: “Não, é que quando a gente diz homem, a gente inclui as mulheres!”

Mas se no meio desse papo todo aqui hoje de tarde, eu dissesse “as mulheres...”, garanto que nenhum dos homens presentes se sentiria incluído. Estamos de tal maneira deformados pela ideologia expressa nessa linguagem que se eu digo: “Estou convencido de que as mulheres nesse país deveriam ...”, todos os homens ficam em paz, não assumem nada porque sabem que estou falando delas só e não deles. Mas se eu disser: “É indiscutível que o homem brasileiro...”, as mulheres todas acham que estou falando delas.

Por quê? Porque ideologicamente já foi dito a elas. E a ideologia se oculta sob a linguagem que, por sua vez, oculta relações de poder econômico e político. Marilena Chauí exprime muito bem isso em seu livro *O que é ideologia* (São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos).

Autoritarismo e questão racial

O poder se expressa autoritariamente também através da questão racial, do poder da chamada raça branca, que se considera “melhor”. O Brasil é uma sociedade profundamente racista. Mas dá impressão de democracia étnica. Isto é pior, pois “democracia étnica” aqui não passa de um mito.

A linguagem também expressa esse racismo, que é autoritário, que é ideológico. Você pergunta a uma pessoa, por exemplo: “Você conhece Maria?” E a pessoa responde: “Conheço, conheço. Maria é pretinha, mas... é formidável!”

Em primeiro lugar, se tenta adocicar com um diminutivo, trocando-se “preta” por “pretinha”. E essa tentativa de adocicar é racista.

Quantos de nós, aqui, temos coragem de dizer mesmo: “Eu tenho um amigo negro, uma amiga negra” ou então, “você é negro!” Geralmente a gente esconde a palavra!

Não sou psicólogo, mas acho que a necessidade de esconder implica certo sentimento de culpa. E acho também que quando a gente tem sentimento de culpa diante do negro, da negra, a gente é racista.

Em segundo lugar, além do diminutivo “pretinha”, com que se adocica a coisa, a frase referida tem o “mas”, a conjunção adversativa. Por que o “mas”?

Ninguém diz: “Conheço fulana. Ela é loirinha, tem lindos olhos azuis, mas...” A gente aprende na escola o que é a conjunção, mas não aprende a ideologia da conjunção, que expressa a questão do poder!

Nos Estados Unidos, observei como os negros são duríssimos com todo branco que chega a eles com sentimento de culpa. Eles o recusam porque o sentimento de culpa revela uma raiz racista.

Autoritarismo e discurso político dominante

Outra questão é a da linguagem da classe dominante diante da classe dominada. A exacerbação do poder, aí, se exprime em diversos níveis, desde a relação pessoal da madame com a cozinheira, do executivo com o chofer até do político para o povo.

Não sei como vocês se sentem diante de certas entrevistas de ministros. Vi entrevistas em que ministros falam ao Brasil como se o Brasil fosse uma nação de meninos debilóides. Quando voltei ao Brasil, em 1979, eu tomava susto ao ver certos ministros falando na televisão. Eu dizia para Elza: “Com quem este cara está falando estas coisas?” E concluía tristemente que era com a gente...

Lembro de um discurso que o Padre Antonio Vieira em 1638, no hospital da Misericórdia na Bahia, ao receber o Marquês de Montalvão, que vinha ao Brasil como vice-rei para fazer uma avaliação dos desastres da guerra contra os holandeses. Neste discurso, Padre Vieira cita a palavra “infante”, que em latim significa “o que não fala”. Refere-se à parábola do endemoniado mudo (Marcos 9: 14-29) e, comparando-o com o Brasil, diz que a grande doença brasileira era o silêncio imposto pela corte: toda vez que o Brasil quis protestar, teve sua palavra tolhida na garganta, ou pelo arbítrio, ou pelo medo. E Vieira continua mostrando como a enfermidade do silêncio vai destruindo as potencialidades do país.

É um sermão de 1638, mas ainda hoje de uma atualidade incrível. Isso mostra a dimensão histórica do autoritarismo. A nossa história vem sendo marcada por tentativas de dominação sobre as classes populares, cuja história não se conta, porque a história que se conta é exatamente a história de quem faz o povo calar. Conta-se a história dos agentes que fazem silenciar e não das massas silenciadas. De maneira que toda tentativa de as massas se rebelarem contra o silêncio é sempre posta entre parênteses ou contada de maneira diferente.

Vejam, por exemplo, como a gente até hoje aceita em falar de “Inconfidência Mineira”. Um grupo que se levanta para promover a libertação do país é chamado de traidor e a gente continua repetindo isso. Mas esse era o nome que o colonizador (tinha que chamar) chamou na época e não nós.

Tem gente que ainda hoje fala em “descobrimento do Brasil”. O Brasil não foi descoberto: o Brasil foi invadido e conquistado pelos portugueses. E até hoje isso não é dito às claras.

Romper o silêncio

A nossa história tem sido preponderantemente isso: uma tentativa que o poder faz de nos silenciar constantemente. Mas estamos vivendo, hoje no Brasil, um momento histórico formidável em que as grandes massas populares estão de novo tentando falar, estão de novo insistindo em romper o silêncio.

Isto porque o autoritarismo não é uma essência imutável do povo brasileiro. O povo não é: está sendo, historicamente. Faz muito tempo que a gente vem sendo assim, o que tem a ver com o que a gente vem sendo hoje. Mas não tenho dúvida de que isso vai mudar, se a gente se inserir na história e fizer a transformação das condições materiais da sociedade.

A sociedade se transforma através da práxis política que tenha um compromisso com as grandes massas silenciadas. São essas que, paradoxalmente, terão voz, pois (é) exatamente quem tem quinhentos anos de silêncio é que pode ensinar a quem falou demais a falar certo.

São as massas brasileiras, silenciadas há quinhentos anos, que transformarão esta sociedade um dia. Não se pode esperar delas, já desde o início, um discurso organizado, um discurso maravilhoso o como de Padre Vieira. Seu discurso vai ser exatamente a sua prática de transformação. E é este discurso-ação libertador, de corpo

inteiro, que vai reeducar algumas de nós (e aqui faço questão de quebrar o machismo da linguagem!) a fazer também uma fala diferente.

Esta já é um pouco de minha postura utópica. E acho que a utopia é importante. Porque, ao imaginar como as coisas podem ser diferentes do que estão sendo hoje, a gente ganha forças para transformar o mundo e a nós mesmos.

Compromisso e coerência

Não é possível fazer uma análise das estruturas autoritárias em que estamos metidos, de maneira neutra e descomprometida. Há os que defenderão a preservação do autoritarismo. Não é a estes que estou me dirigindo, pois não tenho nenhuma vocação missionária de convertê-los a uma postura democrática. Quero falar é aos que aceitam esta postura como ponto de partida e como procedimento.

Pois bem, se temos uma opção política de compromisso com a classe trabalhadora, temos um sonho, uma utopia. Meu sonho não é a tomada do poder: é a reinvenção do poder! A tomada do poder pode implicar na reprodução ideológica do velho poder autoritário. Mas é preciso, sim, reinventá-lo completamente de maneira democrática.

Este compromisso político exige coerência em todas as outras dimensões da vida. Para mim, é uma contradição se um de nós, que tem uma opção como essa, não modificar a relação possessiva com “sua” namorada, ou “sua” mulher, com “seus” filhos, com “seus” estudantes. (Vejam como a própria linguagem trai este caráter possessivo!). Como é que a gente pode ter uma opção por transformar radicalmente este país e, ao mesmo tempo, considerar-se proprietário do amor do outro?

O amor é libertação e não aprisionamento; é uma maneira de crescer, de ser mais, e não uma maneira de ser menos. E o autoritarismo do macho é profundamente asfixiante do crescimento da mulher.

Este alerta vale principalmente para nós que temos esta opção pela transformação social. Pois é preciso coerência entre o discurso que a gente faz em público e a prática que a gente tem no dia-a-dia. E não é o discurso que autentica a prática, mas é a prática que diz sim ou não ao discurso.

Utopia e Revolução

A gente está pretendendo fazer neste país um discurso novo, diferente. Esse discurso, de um lado, implica necessariamente a reinvenção da sociedade, mas, de

outro, não é possível esperar que a sociedade total se refaça para que o discurso seja refeito em sua totalidade.

Aí que entra a importância da utopia. A postura utópica implica um “estar fora do mundo”. Mas isto não significa necessariamente que a utopia seja irrealizável. Pelo contrário, utopia é a unidade dialética entre a denúncia do que está ocorrendo e o anúncio do que deve ser. Toda postura utópica implica numa fantasia necessária, que as revoluções precisam ter e, quando não têm, deixam de ser revoluções. Ao imaginar o possível, você antecipa o amanhã no sonho ou na tentativa de viabilizar este sonho do amanhã.

Alguns revolucionários foram fantasticamente utópicos. Vejo Guevara, por exemplo, como um profundo amoroso das classes populares, dos homens e das mulheres, amoroso da transformação radical. Era um homem que vivia sonhando constantemente com a viabilidade do próprio sonho. Ele sonhava, não porque era um sonhador, mas porque era um revolucionário. Quer dizer, ele buscava realizar seu sonho. Isso, para mim, é utopia.

Não é fácil, evidentemente, ser utópico no sentido revolucionário. Nem todo mundo pode ser Guevara, Amílcar Cabral e Fidel Castro. Repetir os autoritários até que é fácil: o que é difícil é encarnar este sonho utópico de amorosidade como alguns homens e algumas mulheres têm encarnado. A experiência existencial da denúncia e do anúncio demanda da gente uma grande coerência entre a expressão verbal do próprio sonho e as menores práticas de que a gente participa para realizar o sonho, nas relações entre homem e mulher, professor e estudante...

Se não tiver práticas democráticas, atração meu discurso revolucionário, tornando-me um revolucionário autoritário: um contra-senso. Minha utopia me leva a não aceitar nenhuma contradição entre revolução e prática radical e democrática dentro da própria revolução. Uma revolução, uma transformação utópica radical da sociedade, se faz com as massas e nunca sobre elas nem, tampouco por elas.

Mas acho que vivemos hoje no Brasil um momento extraordinário, em que o autoritarismo está sendo posto em juízo, pela práxis dos movimentos populares, dentro dos quais a nova educação desse país começou a se gerar. Uma educação que coloca um milhão e quinhentas mil pessoas nas ruas, no movimento pelas “Diretas-já” (1984) nas ruas de São Paulo, de mãos dadas cantando o Hino Nacional, e sem arranhar uma parede e quebrar uma flor.

É isto que está dando susto nos autoritários necrófilos, amorosos da morte, que gostariam de continuar decretando morte sobre nós, com o discurso de negação de nossas liberdades.

Educação e Igreja (debate)

PERGUNTA: A educação sempre foi uma arma utilizada pelo sistema para reforçar o poder. Gostaria que você falasse sobre o papel da igreja dentro da estrutura educacional.

PAULO FREIRE: Esta pergunta coloca duas questões. Uma questão teórica sobre o fenômeno da reprodução ideológica da educação, que começou a ser estudada de modo especial a partir de Althusser, nos anos 60. A segunda questão se refere à prática das Igrejas neste contexto.

Educação e reprodução ideológica

O que está implícito na primeira parte da pergunta?

Na verdade, o sistema educacional de qualquer sociedade é um subsistema de um sistema maior (ou seja, o modo de produção, em que a organização econômica condiciona as relações sociais, inclusive à educação). O subsistema educacional é gerado no corpo do sistema social maior. Então, não cabe ao subsistema gerar quem o gera. Por isso mesmo, é impossível ao subsistema transformar o sistema. Isto significa que não é através da escola que a gente pode fazer a transformação social e política da sociedade.

Muita gente pensa que através da educação se possa transformar as pessoas de tal maneira que, de agressivas passem a ser dóceis e compreensivas; de egoístas passem a ser amorosos e capazes de compreender que os outros também têm o direito de viver e sobreviver. Desta forma, a educação primeiro mudaria o coração das pessoas e, quando a sociedade estivesse cheia de “corações bons”, estes transformariam também a sociedade.

Essa é uma posição profundamente ingênua. E tenho a impressão de que hoje pouca gente ainda acredita nisso. Há, sim, os que defendem estas idéias, com astúcia: se disser, por exemplo, que o trabalho da educadora é transformar o coração das crianças, entende-se que ser educadora é ser como “sacerdotisa”. E sacerdotisa não deve fazer greve.

Na realidade, o educador e a educadora não são “sacerdotes” coisa nenhuma. São profissionais. E como profissionais, quando não recebem o justo, entram na luta e precisam fazer greve mesmo, senão os patrões não pagam.

A educação, como dizia, enquanto subsistema não pode se transformar em alavanca de transformação do sistema de poder, porque é este que define a natureza do subsistema educacional. Isto significa que ninguém no poder aceitaria que se pusesse em prática uma educação que desvelasse a natureza autoritária de seu poder. Desta maneira, é só na medida em que se muda a estrutura do poder é que este pode inventar uma educação diferente.

Mas, se a tarefa da escola é reproduzir a ideologia dominante, esta reprodução não se dá mecanicamente. A relação entre o subsistema educacional e o sistema global da sociedade é histórica, dialética, contraditória, enfim, é processual e não mecânica. Por isso é que sua tarefa fundamental de reprodução ideológica pode ser contestada.

Por exemplo, a escola condiciona estudantes e professores a reproduzirem inconscientemente as relações e a ideologia autoritária vigentes na sociedade. Mas estudantes e professores podem desvelar criticamente este processo de reprodução do autoritarismo.

Evidentemente, é muito mais fácil reproduzir do que contestar. Quem reproduz consciente ou inconscientemente a ideologia dominante nada a favor da maré. Quem contesta consciente e politicamente o papel reprodutor da educação nada contra a correnteza.

Mas a contestação apenas do subsistema (a escola) não basta. A contestação tem que alcançar o sistema global, que deve ser visado como algo a ser transformado radicalmente.

A contestação do sistema social, a partir da inserção num subsistema, gera ambigüidade. É a ambigüidade de quem vive no sistema trabalhando contra o sistema. É preciso tomar consciência desta ambigüidade e assumi-la criticamente, inclusive para se tornar eficiente na contestação.

O professor e a professora contestadores têm que assumir uma competência científica e técnica, que jamais pode estar dissociadas da opção política. Você tem que se perguntar a favor de quem e contra quem você está sendo competente. Porque não há competência técnica nenhuma que desde o começo não seja política. E quem contesta o papel reprodutor da educação trabalhando dentro do sistema educacional, precisa ser ainda mais competente e levar a sério sua tarefa.

Por exemplo, a reivindicação salarial é um ato político necessário, mas se a gente ficar só nesse nível, a gente cai no “economicismo”, que Lênin já criticou há muito tempo. Isto é, a gente tem que dar um salto para a dimensão do ato reivindicativo que exige melhores condições de trabalho para sermos, de fato, educadores e lutarmos com as massas populares por escola pública não só em maior quantidade, mas também com melhor qualidade.

É preciso, enfim, lutar para transformar radicalmente o sistema social. Não se trata de criar apenas diálogo entre professor e estudante. A contestação realizada dentro do subsistema educacional deve ter em vista o sistema global. E o educador, na escola, só contribui para transformar este sistema na medida em que se articula à luta dos movimentos populares por reinventar a sociedade.

Papel da Igreja na Educação

E como a Igreja se insere neste contexto?

Vai depender de que igreja é esta. No livro Ação Cultural para a libertação (na época, a Editora Paz e Terra teve que trocar, no título, “libertação” por “liberdade”, por causa da conjuntura política), há um texto que escrevi há dez anos, “O papel da Igreja na América Latina”, onde eu tento explicar três tipos de ser Igreja. Chamei o primeiro de “tradicional”, o segundo de “modernizante” (a mesma tradicional que se moderniza para ser mais eficiente) e, por fim, a “profética”.

As duas primeiras falam de páscoa, mas não fazem a Páscoa (mudança). A Igreja profética é a única que faz a Páscoa, porque não tem medo de morrer e, por isso mesmo, vai permanecer.

A Igreja profética é utópica, no sentido em que é denunciante e anunciante, engajando-se na transformação do mundo. Por isso, “a Igreja profética é tão velha quanto o recado de Cristo, sem ser tradicional, e tão nova quanto o recado de Cristo, sem ser moderna”.

Uma das novidades da história política e pedagógica nesse país são as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s). Elas são uma das expressões da massa popular vivendo a palavra e rompendo o silêncio. Elas estão no cerne da dimensão profética da Igreja. É a expressão da Igreja que se compromete, denuncia, anuncia, que comete pecados, mas que se insere no meio popular e promove a transformação.

Desta maneira, as CEB`s promovem, no meio popular, uma educação conscientizadora e libertadora, contrária à educação catequética que as Igrejas tradicional e moderna promovem na linha de dominação ideológica.

É preciso, então, identificar a posição política que a Igreja assume para compreender o sentido de sua prática pedagógica.

PERGUNTA: Como deve atuar na escola o professor que opta pela mudança das estruturas autoritárias, sendo que tanto o professor quanto o estudante são condicionados por estas próprias estruturas?

PAULO FREIRE: Veja bem, a educação é uma relação. Quando o jovem educador pretende com o jovem estudante refazer esta relação, repito, devem saber que, ao fazer esta proposta de reformulação, devem estar voando mais alto do que a própria sala de aula. A questão não é apenas reformular os métodos do subsistema de educação, mas é de começar a dar um testemunho da sociedade nova.

A gente não pode só viver o hoje e nem pode viver só no amanhã que a gente sonhou: é preciso saber que o amanhã só se faz na transformação do hoje. É mudando o hoje que eu vou criando o amanhã. E ninguém chega ao amanhã senão refazendo o hoje.

Mas, para refazer o hoje, é preciso considerar que o hoje é fruto de ontem. Ou seja, os jovens que chegam hoje a sala de aula têm uma história de classe, têm uma história de cultura e receberam uma ideologia de autoritarismo, que foi reproduzida em casa e na própria escola. Ele ouviu, o tempo inteiro, que “professor é quem ensina e estudante é quem aprende”. E é óbvio que, quando o jovem propõe mudar esta relação e fazer o trabalho juntos, o jovem estudante tende a reagir: “Ô professor, deixa de embromação: você está aqui para ensinar e eu para aprender...”. E pode até ficar pensando que o professor que não se impõe autoritariamente é incompetente.

Desta forma, em primeiro lugar, é preciso compreender que o moço reproduz, sem saber, a ideologia dominante que, possivelmente, ele também quer contestar. Segundo, é preciso respeitar a sua posição. Mas, terceiro, não aceitar.

Entender é necessário, respeitar é fundamental, mas é preciso brigar. E como brigar? Em primeiro lugar tens que ser competente. Competente na própria área, para assegurar ao estudante que ele não está órfão e desamparado.

Segundo, tens que ampliar tua competência além do limite da própria área, para saber discutir com o jovem do ponto de vista epistemológico e político as razões de tua proposta. Logo de início tens que colocar para a moçada o que é o ato de conhecer, relação entre prática e teoria, assim como a questão da opção e coerência política.

Terceiro, é preciso levar a sério todos os questionamentos, mesmo os provocativos, e discuti-los, sem arrogância. Aos estudantes com quem trabalho sempre digo: “não há pergunta boa, nem resposta definitiva”. Toda pergunta é legítima, até mesmo as provocativas, porque por de trás de toda agressão sempre existe uma razão. Não se trata de ser mansinho, mas também jamais ser arrogante. Se fazes isto uma vez, duas vezes, vais conseguir ganhar a confiança dos estudantes.

Desta forma, aos poucos, o grupo vai ganhando maior segurança e se tornando capaz de definir seus interesses comuns, suas propostas, suas utopias. Começam, assim, a atuar participativamente na busca de realizar suas utopias e com isso, se inserem no processo de mudança da sociedade.

Bom, vou parando por aqui. Espero que esta conversa, em que a gente abordou vários assuntos de forma um pouco assistemática, tenha ajudado, mesmo assim, a reforçar nossa utopia e nossa luta por reinventar as estruturas de poder.